

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Pecunia S.A. referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2008, juntamente com o parecer dos auditores Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. No ano de 2008 o Banco incorporou integralmente as empresas Galo S.A. e Dial Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros. Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e colaboradores o estreitamento dos laços de parceria e confiança. São Paulo, 7 de maio de 2009. **A DIRETORIA**

MATRIZ:  
Rua Boa Vista, 344 - 6º andar  
CEP 01014-000 - São Paulo - SP  
CNPJ: 60.850.229/0001-47  
Tel.: (11) 3327-9000 - Fax: (11) 3327-9015  
www.bancopecunia.com.br

### BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em milhares de reais)

ATIVO	2008	2007	PASSIVO	2008	2007
<b>CIRCULANTE</b>	<b>341.868</b>	<b>240.056</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>397.707</b>	<b>205.877</b>
Disponibilidades	1.286	122	Depósitos	309.140	189.473
Aplicações interfinanceiras de liquidez	33.525	28.633	Depósitos à vista	161	237
Aplicações no mercado aberto	-	26.611	Depósitos interfinanceiros	287.952	165.280
Aplicações em depósitos interfinanceiros	33.525	2.022	Depósitos a prazo	21.027	23.956
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	9.945	Relações interfinanceiras	5	7
Carteira própria	-	9.944	Obrigações com os participantes de sistema de liquidação	5	7
Vinculados à prestação de garantias	-	451	Relações interdependências	2.672	6.210
Relações interfinanceiras	1.696	1.286	Recursos em trânsito de terceiros	2.672	6.210
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central	707	180	Obrigações por empréstimos	64.792	-
Relações com correspondentes	989	1.106	Empréstimos no exterior	64.792	-
Relações interdependências	178	141	Instrumentos financeiros derivativos	6.360	-
Transferências internas de recursos	178	141	Operações de mercado futuro	6.360	-
Operações de crédito	288.591	175.023	Outras obrigações	14.738	10.187
Operações de crédito - setor privado	334.928	225.854	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	324	72
Provisão para perdas com operações de crédito	(46.337)	(50.831)	Fiscais e previdenciárias	1.148	956
Outros créditos	3.029	8.163	Diversas	13.266	9.159
Diversos	3.029	8.163			
Outros valores e bens	13.563	16.743			
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	437	981			
Despesas antecipadas	13.126	15.799			
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>386.852</b>	<b>65.801</b>	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>286.300</b>	<b>31.835</b>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	213.503	-	Depósitos	29.185	8.060
Carteira própria	140.760	-	Depósitos interfinanceiros	25.314	-
Vinculados à prestação de garantias	72.743	-	Depósitos a prazo	3.871	8.060
Operações de crédito	112.787	55.184	Obrigações por empréstimos	167.997	-
Operações de crédito - setor privado	118.141	58.114	Empréstimos no exterior	167.997	-
Provisão para perdas com operações de crédito	(5.354)	(2.930)	Outras obrigações	89.118	23.775
Outros créditos	49.772	4.362	Fiscais e previdenciárias	59.695	21.027
Diversos	50.446	5.036	Diversas	29.423	2.748
Provisão para perdas com outros créditos	(674)	-			
Outros valores e bens	10.790	6.255			
Outros valores e bens	131	-			
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(131)	-			
Despesas antecipadas	10.790	6.255			
<b>PERMANENTE</b>	<b>25.423</b>	<b>14.009</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>67.919</b>	<b>81.226</b>
Investimentos	7.557	9.857	Capital	120.342	102.583
Participações em controladas - no País	7.547	9.847	De domiciliados no País	120.342	102.583
Outros investimentos	350	350	Reservas de capital	763	763
Provisão para perdas em investimentos	(340)	(340)	Reservas de reavaliação	351	344
Imobilizado de uso	2.900	3.092	Reservas de lucros	-	1.049
Imóveis de uso	207	595	Ajustes de avaliação patrimonial	200	-
Reavaliações de imóveis de uso	804	826	Prejuízos acumulados	(53.737)	(22.707)
Outras imobilizações de uso	4.767	4.398	(-) Ações em tesouraria	-	(806)
Depreciações acumuladas	(2.878)	(2.727)			
Diferido	910	194			
Gastos de organização e expansão	1.111	339			
Amortização acumulada	(201)	(145)			
Intangível	14.056	866			
Outros ativos intangíveis	16.840	2.301			
Amortização acumulada	(2.784)	(1.435)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>754.143</b>	<b>319.866</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>754.143</b>	<b>319.866</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de capital	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros Reserva Legal	Ajuste de avaliação patrimonial	(Prejuízos) lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006</b>	26.550	-	1.313	366	1.049	-	30.160	(806)	58.632
Ajuste de exercício anterior (nota explicativa nº 26 (a))	-	-	-	-	-	-	(13.241)	-	(13.241)
Lucros distribuídos	-	-	-	-	-	-	(18.711)	-	(18.711)
Aumento de capital (nota explicativa nº 20.a.ii)	8.500	-	-	-	-	-	-	-	8.500
Aumento de capital (nota explicativa nº 20.a.iii e iv)	67.533	-	-	-	-	-	-	-	67.533
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	54	-	-	-	-	-	54
Estorno de investimento por incentivos fiscais	-	-	(604)	-	-	-	-	-	(604)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	(22)	-	-	32	-	10
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(20.947)	-	(20.947)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007</b>	<b>102.583</b>	<b>-</b>	<b>763</b>	<b>344</b>	<b>1.049</b>	<b>-</b>	<b>(22.707)</b>	<b>(806)</b>	<b>81.226</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007</b>	102.583	-	763	344	1.049	-	(22.707)	(806)	81.226
Ajuste de exercício anterior (nota explicativa nº 26 (b))	-	-	-	-	-	-	(20.708)	-	(20.708)
Aumento de capital (nota explicativa nº 20.a.v.3)	17.759	-	-	-	-	-	-	-	17.759
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(806)	200	-	-	200
Baixa de ações em tesouraria (nota explicativa nº 20.v.1)	-	-	-	-	-	-	-	806	-
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	7	-	-	(19)	-	(12)
Absorção de prejuízos acumulados com reserva de lucros	-	-	-	(243)	-	-	243	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(10.546)	-	(10.546)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008</b>	<b>120.342</b>	<b>-</b>	<b>763</b>	<b>351</b>	<b>-</b>	<b>200</b>	<b>(53.737)</b>	<b>-</b>	<b>67.919</b>
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008</b>	102.583	17.759	763	304	243	-	(26.585)	-	95.667
Ajuste de exercício anterior (nota explicativa nº 26 (b))	-	-	-	-	-	-	(20.708)	-	(20.708)
Aumento de capital - (nota explicativa nº 20.a.v.3)	17.759	(17.759)	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	200	-	-	200
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	47	-	-	(36)	-	11
Absorção de prejuízos acumulados com reserva de lucros	-	-	-	(243)	-	-	243	-	-
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	-	-	(6.651)	-	(6.651)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008</b>	<b>120.342</b>	<b>-</b>	<b>763</b>	<b>351</b>	<b>-</b>	<b>200</b>	<b>(53.737)</b>	<b>-</b>	<b>67.919</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em milhares de reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
O Banco Pecunia S.A. ("Banco"), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Societé Générale Brasil. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

Os recursos necessários para o financiamento da carteira de crédito do Banco, bem como para a manutenção de suas operações são garantidas pelo seu acionista controlador. Em dezembro de 2008, parte das captações vem sendo feitas através de depósitos interfinanceiros com Societé Générale Brasil, e de empréstimos no exterior com o Societé Générale Paris.

Os controladores do Banco transferiram, em 29 de março de 2007, o controle acionário deste para a Galo S.A., empresa controlada pelo Banco Societé Générale Brasil S.A. e pela Tecnicredito SGPS S.A., "holding" do Banco Mals S.A. (com sede em Portugal), sendo a participação acionária de cada um de 70% e de 30%, respectivamente.

No contexto de uma reorganização societária, foi realizada pelo Banco a incorporação total das empresas Galo S.A. e Dial Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros. Os balanços que serviram de base para a incorporação apresentavam a seguinte composição resumida em 30 de abril de 2008:

ATIVO	2008	PASSIVO	2008
<b>CIRCULANTE</b>	<b>16.901</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>5.911</b>
Disponibilidades	261	Impostos e contribuições a recolher	13
Aplicações financeiras	16.313	Provisão para pagamentos a efetuar	5.898
Impostos a recuperar	327		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>108.069</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>17.696</b>
Aplicações financeiras	11.678	Provisão para pagamentos a efetuar	17.696
Investimentos	96.391	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>101.363</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>124.970</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>124.970</b>

**DIAL CIA. SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS**  
**ATIVO**  
**CIRCULANTE** 6.940  
Disponibilidades 6  
Aplicações financeiras 6.464  
Contas a receber Operacional 325  
Impostos a recuperar 145  
**TOTAL DO ATIVO** 6.940  
**PASSIVO**  
**CIRCULANTE** 707  
Impostos e contribuições a recolher 707  
**PATRIMÔNIO LÍQUIDO** 6.233  
**TOTAL DO PASSIVO** 6.940

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas com observância das disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF. O Banco está adotando pela primeira vez a Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 em suas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2008. Destacamos que a adoção inicial da referida lei, não apresentou impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras do Banco, considerando que as principais alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08, que afetam as operações, já vinham sendo adotadas em virtude das normas contábeis já existentes emanadas pelo BACEN. Destacamos a seguir as principais modificações introduzidas pelos normativos em referência:  
(I) As operações realizadas pelo Banco já estão apresentadas pelos valores representativos da época de sua realização, pois as operações ativas e passivas pré-fixadas estão ajustadas a valor presente pela existência das contas de rendas a apropriar e despesas a apropriar que ajustam essas operações aos valores que seriam obtidos na realização como se fossem operações à vista, bem como para as obrigações sujeitas a variações pós-fixadas, que são realizadas pelo valor à vista e tem os respectivos valores atualizados periodicamente pelas taxas das operações. Desta forma, o Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo, bem como para as operações de curto prazo não ocasionou ajustes para o Banco;  
(II) O ativo diferido fica restrito às despesas pré-operacionais e aos gastos incrementais de reestruturação;  
(III) O ativo permanente passa a contemplar o subgrupo "intangível". Os gastos com desenvolvimento de softwares foram reclassificados do ativo diferido para o intangível;  
(IV) A demonstração das Origens e Aplicações de Recursos deixou de ser exigida, e em seu lugar está sendo apresentada a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

**3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
**a) Apuração do resultado**  
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para aquelas de natureza financeira.  
As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.  
As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até as datas dos balanços.  
**b) Aplicações interfinanceiras de liquidez**  
São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.  
**c) Caixa e equivalentes de Caixa**  
Compreendem os depósitos bancários disponíveis e as aplicações interfinanceiras com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme prevê a Resolução BACEN nº 3.604/08.  
**d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**  
De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da administração, quais sejam:  
• Títulos para negociação;  
• Títulos disponíveis para venda; e  
• Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados, nas datas dos balanços, pelo seu valor de mercado e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados "para negociação" são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avaliação patrimonial", liquidados dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") são compostos apenas por operações no mercado futuro e avaliados pelo valor de mercado, sendo que o valor dos seus ajustes diários contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa.

**e) Operações de crédito e provisão para perdas com operações de crédito**  
As operações de crédito são classificadas de acordo com o nível de risco, segregadas em curso normal, atraso inferior a 15 dias, e vencidas, atraso igual ou superior a 15 dias, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos.

**f) Investimentos**  
As participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

As ações da Celip S.A. - Balção Organizado de Ativos e Derivativos, obtidas através da transformação da Celip - Câmara de Liquidação e Custódia em Sociedade Anônima, são registradas ao valor de custo, e o título patrimonial anteriormente possuído ajustado pelo valor patrimonial informado pela própria entidade, e contabilizado na conta de "Reservas de capital" no patrimônio líquido.

Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

**g) Imobilizado**  
É demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas apresentadas na nota explicativa nº 12 e compatíveis com o tempo estimado da vida útil econômica dos bens.

**h) Diferido**  
É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou de vigência dos contratos de aluguel.

**i) Intangível**  
Está representado pelo ágio pago pela Galo S.A. na aquisição do Banco, líquido de provisão para incorporação, de forma a permanecer o montante do benefício fiscal a ser auferido pelo Banco e pelo custo de aquisição ou formação. A amortização é feita pelo método linear pelo prazo de dez anos para o ágio e pelo prazo de dez anos ou de vigência das licenças de uso para os softwares.

**j) Valor de recuperação dos Ativos**  
Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade da perda dos seus valores.

**k) Atualização monetária de direitos e obrigações**  
Os direitos e as obrigações, legais ou contratualmente sujeitas à variação cambial e de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do exercício.

**l) Depósitos e obrigações por empréstimos**  
São demonstrados, pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base *"pro rata dia"*.

**m) Contingências**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.535 que aprovou a Norma e Procedimento de Contabilidade - NPC nº 22, emitida pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, sendo os principais critérios os seguintes:

• Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

• Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

• Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos, independentemente da avaliação de risco de desfecho da causa, são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

**n) Imposto de renda e contribuição social**  
A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$240. A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15% (9% até 30 de abril de 2008).

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**  
Caixa e equivalentes de caixa

	2008	2007
Disponibilidades	1.286	122
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	33.525	28.633
Aplicações no mercado aberto	-	26.611
Aplicações em depósitos interfinanceiros	33.525	2.022
<b>Total</b>	<b>34.811</b>	<b>28.755</b>

(continuação)

## b) Composição da carteira por setor de atividade

	2008	2007
Setor privado:		
Comércio .....	-	680
Pessoas físicas .....	453.069	283.288
Total .....	453.069	283.968

## c) Composição da carteira por vencimento

Prazo em dias	2008			2007		
	Valor	%	Total	Valor	%	Total
Até 30 .....	40.091	12,296	52.387	11,48	26,510	12,297
De 31 a 60 .....	38.551	6,191	44.742	10,15	21.609	10,639
De 61 a 90 .....	34.326	5,266	39.592	8,48	18.624	8,881
De 91 a 180 .....	79.945	11,237	91.182	20,12	39.350	21,497
De 181 a 360 .....	95.422	11,603	107.025	23,36	43.283	23,164
Acima de 360 .....	118.136	5	118.141	26,41	50.574	7,540
Total .....	406.471	46,598	453.069	100,00	199.950	84,018

## d) Concentração da carteira de crédito

	2008		2007	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor .....	177	0,03	668	0,23
10 seguintes devedores .....	788	0,17	591	0,21
20 seguintes devedores .....	1.091	0,24	769	0,27
50 seguintes devedores .....	2.199	0,48	1.394	0,49
100 seguintes devedores .....	3.114	0,69	2.024	0,71
Demais devedores .....	445.740	98,39	278.522	98,09
Total .....	453.069	100,00	283.968	100,00

## e) Composição da carteira por nível de risco:

Nível	Faixa de provisão %	2008		2007	
		Carteira	Provisão sobre a carteira	Carteira	Provisão sobre a carteira
A .....	0,5	344.445	(1.722)	191.605	(958)
B .....	1	19.934	(199)	11.825	(118)
C .....	3	18.162	(545)	10.646	(319)
D .....	10	10.948	(1.095)	7.503	(750)
E .....	30	8.856	(2.657)	7.534	(2.260)
F .....	50	6.973	(3.487)	6.959	(3.480)
G .....	70	5.882	(4.117)	6.735	(4.715)
H .....	100	37.869	(37.869)	41.161	(41.161)
Total .....		453.069	(51.691)	283.968	(53.761)

## 8. PROVISÃO PARA PERDAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2008	2007
Saldo inicial .....	(53.761)	(18.166)
Constituição .....	(67.454)	(67.989)
Baixas .....	69.524	32.394
Saldo final .....	(51.691)	(53.761)

No exercício, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas com operações de crédito, no montante de R\$ 5.992 (R\$ 1.262 em 2007).

## 9. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2008	2007
Crédito tributário (nota explicativa nº. 18 a) .....	46.757	6.815
Impostos e contribuições a compensar .....	1.252	1.620
Devedores por depósitos em garantia .....	2.654	2.113
Devedores diversos - País .....	1.825	1.380
Opção por incentivos fiscais .....	-	674
Outros tributos a compensar .....	5	5
Outros .....	982	592
Total .....	53.475	13.199

## 10. DESPESAS ANTECIPADAS

Refere-se a serviços pagos antecipadamente pela análise de crédito, contratação de financiamento, administração de contratos e recebimento de prestações, sendo as despesas apropriadas ao resultado de acordo com o prazo médio dos contratos em carteira.

## 11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Credial Empreendimentos e Serviços Ltda.		Dial Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros		Total	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Capital social .....	7.133	7.133	-	1.900	7.133	9.033
Quantidade de cotas e de ações .....	2.038.000	2.038.000	-	2.000	2.038.000	2.000
Participação - % .....	100	100	-	100	100	100
Patrimônio líquido .....	7.547	4.259	-	4.873	7.547	9.132
Lucro (prejuízo) líquido do exercício .....	3.288	(3.564)	1.360	2.595	4.648	(969)

**Movimentação dos investimentos**

	2008	2007
Saldos no início do exercício .....	4.259	6.614
Aquisição de participação (a) e (b) .....	-	2.474
Ajuste de exercícios anteriores (c) .....	-	(1.265)
Equivalência patrimonial .....	3.288	(3.564)
Baixa do Investimento (d) .....	-	(6.233)
Baixa do ágio (e) .....	-	(355)
Saldos no fim do exercício .....	7.547	4.259

**Composição do saldo em 31 de dezembro**

	2008	2007
Investimento .....	7.547	4.259
Ágio na aquisição (e) .....	-	360
Total .....	7.547	4.619

(a) Em julho de 2007, o Banco adquiriu a totalidade das ações da Dial Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros.

(b) Em julho de 2007, o Banco também adquiriu 33,35% das cotas da Credial Empreendimentos e Serviços Ltda., ficando com participação de 100%.

(c) Refere-se, principalmente, à provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, para as quais os assessores jurídicos externos indicaram como provável a possibilidade de perda.

(d) Conforme mencionado na nota explicativa nº. 1, a Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 2 de maio de 2008, deliberou pela Incorporação da Dial Cia Securitizadora de Créditos Financeiros pelo Banco.

(e) O fundamento econômico do ágio é a expectativa de geração de resultados futuros. Em 2008, para adequação à Lei nº. 11.638/07, o ágio foi reclassificado para o intangível.

## 12. IMOBILIZADO

É composto por:

	2008		2007	
	Taxa anual de Depreciação %	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Imóveis de uso .....	933	(470)	463	658
Terenos .....	4	78	78	137
Instalações .....	10	441	(371)	70
Móveis, equipamentos de uso .....	10	768	(388)	380
Sistema de comunicação .....	10	338	(215)	123
Sistema processamento dados .....	20	2.161	(1.400)	761
Sistema de segurança .....	10	249	(33)	216
Sistema de transporte .....	20	1	(1)	-
Imobilizações em andamento .....	-	809	-	840
Total .....	-	5.778	(2.878)	2.900

## 13. INTANGÍVEL

Refere-se, principalmente, ao ágio advindo da incorporação da empresa Galo S.A. pelo Banco em maio de 2008, no montante líquido de R\$ 12.290.

## 14. DEPÓSITOS

São representados, substancialmente, por captações em depósitos interfinanceiros e por depósitos a prazo com vencimentos até 2010 e são efetuados às taxas normais de mercado, atreladas, principalmente, à variação do CDI. A composição dos depósitos por vencimento é como segue:

Depósitos	2008				Total
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 até 360 dias	De 1 a 3 anos	
A vista .....	161	-	-	-	161
A prazo .....	-	5.834	15.193	3.871	24.898
Interfinanceiros .....	-	138.283	149.669	25.314	313.266
Total .....	161	144.117	164.862	29.185	338.325

Depósitos	2007				Total
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 até 360 dias	De 1 a 3 anos	
A vista .....	237	-	-	-	237
A prazo .....	-	21.008	2.948	8.060	32.016
Interfinanceiros .....	-	30.390	134.890	-	165.280
Total .....	237	51.398	137.838	8.060	197.533

## 15. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

	2008
Obrigações por empréstimos .....	200.655
Empréstimos em moeda estrangeira (a) .....	32.134
Empréstimo em moeda nacional (b) .....	232.789
Total .....	465.578
Parcela de curto prazo .....	64.792
Parcela de longo prazo .....	167.997
Total .....	232.789

(a) Referem-se a empréstimos obtidos no exterior, nos valores originais de R\$ 45.312, de R\$ 90.080 e de R\$ 36.740, com vencimentos em 2009, 2010 e 2011, sujeitos à variação cambial e a juros de 4,53%, 4,96% e 5,26% a.a., respectivamente.

(b) Refere-se a empréstimo obtido no País, no valor original de R\$ 31.400, com vencimento em 2014, sujeito à variação do Certificado de depósito interfinanceiro.

Em 31 de dezembro de 2007, o Banco não possuía operações de empréstimos no exterior.

## 16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

**a) Fiscais e Previdenciárias**

	2008	2007
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros .....	-	203
Impostos e contribuições a recolher .....	1.148	742
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 17. (b)): .....	58.989	20.592
Imposto de renda e contribuição social (a) .....	2.037	2.037
Programa de Integração Social - PIS .....	-	281
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (b) .....	47.216	10.147
Provisão para outras contingências fiscais (c) .....	7.780	6.171
Provisão sobre autuações fiscais (d) .....	1.956	1.956
Provisão para outras contingências cíveis (nota explicativa nº 17. (b)) (e) .....	411	297
Imposto de renda diferido .....	295	149
Total .....	60.843	21.983
Parcela de curto prazo .....	1.148	956
Parcela de longo prazo .....	59.695	21.027
Total .....	60.843	21.983

(a) Refere-se, basicamente, aos tributos provisionados sobre o valor da diferença de correção monetária do "Plano Verão", excluída das bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, apuradas nos exercícios de 1997 e de 1998 e discutidas judicialmente pelo Banco. Os consultores jurídicos indicam como possível a possibilidade de perda, contudo os tributos estão provisionados como obrigação legal.

(b) Refere-se à diferença entre o valor de COFINS devido e o valor efetivamente recolhido. O Banco vem discutindo judicialmente o recolhimento dessa diferença. Os consultores jurídicos indicam como possível a possibilidade de perda, contudo os tributos estão provisionados como obrigação legal, e foram efetuados, em 2008, ajustes para retificação de erro na determinação do valor da obrigação, nota explicativa nº 26 (b).

(c) Referem-se, principalmente, aos questionamentos de pagamentos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSSL e PIS, para o quais o Banco vem contestando por meio de medidas judiciais a sua exigibilidade. Os consultores jurídicos indicam como provável a possibilidade de perda.

(d) Refere-se à provisão sobre parte da autuação fiscal de IRPJ e CSLL, lavrada em junho de 2007, que está sendo discutido judicialmente pelo Banco. A parcela que o Banco entende ser devida, no montante de R\$ 4.337, foi recolhida em julho de 2007.

(e) Refere-se à provisão para processos judiciais cíveis em andamento. Os consultores jurídicos indicam como provável a possibilidade de perda.

## b) Diversas

	2008	2007
Cheques administrativos .....	1.256	477
Obrigação por aquisição de bens e direitos .....	54	78
Provisão para pagamentos a efetuar (a) .....	30.061	3.635
Provisão para contingências trabalhistas (nota explicativa nº 17. (b)) (b) .....	1.451	657
Provisão para riscos sobre créditos cedidos com coobrigação (nota explicativa nº 25 (a)) .....	473	2.091
Provisão para pagamento de lojistas .....	4.444	4.347
Valores a pagar a sociedades ligadas .....	3.115	149
Outras .....	1.835	473
Total .....	42.689	11.907
Parcela de curto prazo .....	13.266	9.159
Parcela de longo prazo .....	29.423	2.748
Total .....	42.689	11.907

(a) Refere-se, principalmente, a valor a pagar aos antigos acionistas pela aquisição das ações do Banco Pecúnia S.A. (pela Galo S.A., incorporada em 1º de maio de 2008) a ser liquidado em cinco parcelas iguais, a cada aniversário da assinatura do contrato de compra, datado de 29 de março de 2007, no montante de R\$ 27.089, acrescida da variação do CDI.

(b) Refere-se à provisão para processos judiciais trabalhistas em andamento. A provisão foi constituída com base na perda média histórica, atualizada, dos últimos cinco anos.

## 17. PASSIVOS CONTINGENTES

O Banco é parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda do Banco com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas informações financeiras. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender (a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2008, não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização.

	2008	2007
Obrigações legais - fiscais e previdenciárias (nota explicativa nº 16 (a)) .....	58.989	20.592
Contingências trabalhistas - outras obrigações - diversas (nota explicativa nº 16 (b)) .....	1.451	657
Contingências cíveis - fiscais e previdenciárias (nota explicativa nº 16 (a)) .....	411	297
Total .....	60.851	21.546

## (c) Movimentação dos passivos contingentes e obrigações legais

	2008			2007		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis (*)
Saldo Inicial .....	20.592	657	297	8.495	657	-
Constituição (*) .....	27.709	905	114	17.131	-	297
Reversão de provisão .....	(4.533)	(111)	-	-	-	-
Baixas por pagamento .....	(456)	-	(5.034)	-	-	-
Atualização (*) .....	15.677	-	-	-	-	-
Saldo Final .....	58.989	1.451	411	20.592	657	297

(\*) Em 2007, o Banco constituiu e atualizou as provisões para contingências cíveis, no montante de R\$297, registrado em ajustes de exercícios anteriores (veja nota explicativa nº 26 (a)).

(\*\*) Em 2008, o Banco constituiu e atualizou as provisões para obrigações legais - fiscais e previdenciárias, no montante total de R\$43.386 (R\$17.131 em 2007), sendo R\$34.512 (R\$20.708, líquido dos efeitos tributários) e (R\$3.809 em 2007), registrados em ajustes de exercícios anteriores (veja notas explicativas nº 26 (b) e 26 (a), respectivamente) e R\$8.874 (R\$13.322 em 2007), registradas na rubrica "Outras despesas operacionais - contingências fiscais" (veja nota explicativa nº 24).

(d) O detalhamento das contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda é o seguinte:

	2008					
	Obrigações legais - Fiscais e Previdenciárias		Contingências Trabalhistas		Contingências Cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis (a) .....	58.989	58.989	3.156	1.451	411	411
Perdas possíveis (a) .....	11.146	-	-	-	-	-
Perdas remotas .....	7.178	-	-	-	-	-
Total .....	77.313	58.989	3.156	1.451	411	411

	2007					
	Obrigações legais - Fiscais e Previdenciárias		Contingências Trabalhistas		Contingências Cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis (a) .....	9.835	11.955	3.142	657	297	297
Perdas possíveis (a) .....	56.726	8.637	-	-	-	-
Perdas remotas .....	6.799	-	-	-	-	-
Total .....	73.360	20.592	3.142	657	297	297

## (a) Perdas prováveis e possíveis

**Fiscais**  
Refere-se à provisão para obrigação legal e a contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores legais do Banco. A principal discussão está relacionada à ampliação da base de cálculo da COFINS (Lei 9.718/98).